

Estratégias de sobrevivência: a imigração portuguesa e o mundo do trabalho (1890-1930)

Maria Izilda Santos de Matos

As recentes projeções sobre os fenômenos migratórios vislumbram o estabelecimento de uma nova ordem demográfica. Apesar das tensões já postas, não se pode prever todo o seu desencadeamento e amplitude, mas projetam-se vetores de deslocamentos e pólos de atração. Como tudo que desempenha a função de revelação dos conflitos e crises por que passam certas áreas, as migrações internacionais também criam oportunidades de reavivar as questões em torno do tema e recuperar sua trajetória na história.

Este trabalho pretende-se uma contribuição para o estudo da presença portuguesa no Brasil, no sentido de recuperar a participação dos imigrantes lusos no mercado de trabalho, tanto nas atividades formais como nas informais.

Particularizada nas cidades de São Paulo e Santos, no período entre 1890 e 1930, a análise procurará também recuperar a teia de relações cotidianas dos imigrantes portugueses e suas dimensões da experiência no mundo do trabalho, recorrendo a diversidade e a dinâmica das ocupações que absorviam esses homens e mulheres dentro e fora dos muros das fábricas.

A produção em torno da imigração para o Brasil é ampla e tem sido enriquecida por acalorada polêmica na historiografia contemporânea, apresentando variadas abordagens que analisam aspectos diferenciados do problema. A imigração ibérica só mais recentemente tem instigado os pesquisadores. A maior parte desses estudos tem se voltado para o Rio de Janeiro, onde sem dúvida a presença dos portugueses foi numericamente significativa e marcante.

Já na produção historiográfica sobre imigração em São Paulo, percebe-se o enfoque privilegiado de certos grupos, em particular os italianos e japoneses, de modo que praticamente inexistem trabalhos monográficos sobre os portugueses,

sua vida cotidiana e sua atuação no mundo do trabalho. O estudo sobre a presença lusitana, em particular com uma abordagem de gênero, se torna necessário, portanto, para permitir reavaliar posições freqüentemente assumidas, além de enriquecer e ampliar as questões em torno do processo de constituição do mercado de trabalho paulista vinculado ao desenvolvimento da cafeicultura.

Imigrantes para o café

A expansão da economia cafeeira pelo Estado de São Paulo (1850-1920) gerou uma enorme demanda de trabalho que coincidiu com o momento em que a crise do escravismo já se manifestava. O problema do braço passou a ser então o centro das preocupações da elite agrária, que a partir de meados da década de 1880, conseguiu gradativamente impor sua proposta para o problema da mão-de-obra, uma política imigrantista em massa e subvencionada pelo governo.

O sistema implantado optou preferencialmente pela introdução de europeus e em unidades familiares, o que permitiu aos cafeicultores obter um suprimento de trabalho complementar barato, fornecido pela mão-de-obra feminina e infantil, garantindo o abastecimento de braços durante a colheita, enquanto ao colono, através da cooperação da unidade familiar, se tornava possível um melhor aproveitamento das oportunidades de ganho.

A saga dos imigrantes na atividade cafeeira é descrita nos relatórios da época, que estão repletos de denúncias: os baixos salários eram reduzidos pelas multas lançadas; a impontualidade e as fraudes nos pagamentos, confiscos, pesos e medidas ilegais, os endividamentos nos armazéns das fazendas somavam-se à disciplina coercitiva e à violência física contra os colonos.

As denúncias levaram à promulgação do Decreto Prinetti em 1902, pelo qual o governo italiano proibiu a emigração subsidiada para São Paulo. Mesmo sendo freqüentemente burlada, a medida reduziu consideravelmente a entrada de italianos, e a partir de então a procura direcionou-se para as fontes ibéricas. Em 1910, porém, o governo espanhol seguiu o exemplo italiano, do que resultou uma ampliação da entrada de portugueses¹ e, posteriormente, de japoneses.

¹ Os portugueses emigravam por vários motivos, entre eles as condições econômicas, sociais e familiares em suas comunidades, as fugas ao recrutamento militar, a grande densidade populacional vinculada à ausência de oportunidade de trabalho, aos baixos salários, o tipo de propriedade e sua exploração, o atraso tecnológico que emperrava o desenvolvimento e contribuía para a manutenção do baixo nível econômico da população, além do desejo de "fazer a América". Embora a política de emigração portuguesa fosse geralmente ambígua, como observa M. Halpern Pereira, ora repressi-

Desde o século XIX a emigração portuguesa era feita prioritariamente por engajamento, portanto não espontânea, os contratos e as denúncias de irregularidades aparecem com frequência nas fontes consulares e na imprensa "contra a ação condenável dos engajadores que inescrupulosamente percorrem as aldeias, tentando essa pobre gente a vir para o Brasil sem a menor preparação para a luta, fazendo-lhe crer que tudo são rosas mal se põe o pé em terra, tão fácil o viver, tão próxima a fortuna como se na verdade existisse a árvore das patacas." (*Portugal Ilustrado*, 1928)

Entre 1887 e 1900 os portugueses representaram 10% do total de entradas no Estado de São Paulo, proporção que entre 1900 e 1920 subiu para 29%. Em termos de período, os anos de 1910 a 1914 marcam a vinda do maior contingente luso, em função não só da preferência da política imigrantista brasileira por esse grupo a partir de então, mas também da crise econômico-social em Portugal, que se somava às dificuldades políticas decorrentes da extinção do regime monárquico, estimulando a corrida para fora do país.

No caso de Portugal a emigração foi a princípio prioritariamente masculina, mas a partir do final do século XIX o contingente feminino cresceu de forma sensível. Podemos verificar também um aumento no número de mulheres casadas, ampliando a emigração familiar de acordo com a política definida pelos cafeicultores paulistas. Entre 1910 e 1914, anos de aumento considerável da imigração lusitana, em particular para São Paulo, embora o número de homens tivesse subido, o de mulheres mais que duplicou. Na primeira década do século XX a porcentagem de mulheres já alcançava mais de 25% do total de entradas e no início da segunda oscilou entre 35% e 40% (Campos, 1913). Assim a imigração caracterizada até então como individual, masculina e temporária, tornava-se tendencialmente familiar e permanente.²

As baixas nos preços do café, que passam a atingir a agricultura desde os anos finais do século XIX (1896), agravam os conflitos, tensões e hostilidades entre proprietários rurais e colonos. A isenção do fazendeiro com os gastos, aliada ao

va - principalmente em relação aos jovens e à emigração clandestina - ora mais permis-siva, a rede organizada de contratação e de transporte que funcionava deste meados do século XIX, entre Portugal, Ilhas e Brasil passa a alimentar mais ativamente o porto de Santos. (Pereira, 1981)

² Cabe destacar que a prática de passaportes familiares ou coletivos poderia ocultar em certos aspectos a presença feminina, grande parte das mulheres partia adstrita à documentação do responsável: marido, pai, tio, irmão, lembrando que a opção por esse tipo de passaporte se devia entre outros fatores por ser mais barato.

contínuo fluxo de imigração desviaram as preocupações em garantir a estabilidade do trabalhador através de contratos longos, propiciando mobilidade aos imigrantes, seja entre as fazendas, seja em direção aos núcleos urbanos do Interior e da Capital.³

No palco urbano

A crescente urbanização e a ascensão de São Paulo à posição de metrópole regional - consolidando-se como ponto de trânsito dos produtos de exportação e importação, como grande mercado do complexo cafeeiro, e dinâmico centro econômico e político, nas últimas décadas do século XIX - provocaram transformações sociais num curto espaço de tempo e em ritmo acelerado, num quadro onde se interpenetraram a desintegração da abolição, a grande imigração e o êxodo rural, gerando um novo perfil populacional.

Dessa forma, em poucos anos a capital paulista consolidou-se como o grande centro capitalista, integrador regional, mercado distribuidor e receptor de produtos e serviços, fatores nitidamente vinculados à expansão cafeeira. A política desencadeada pela cafeicultura, estimulando e promovendo intensamente a imigração, em proporções bem superiores às possibilidades de emprego no campo, favoreceu muito o crescimento da população urbana, que sofreu uma verdadeira metamorfose com a presença acentuada de imigrantes.

A atração exercida pelo desenvolvimento urbano transformava não só São Paulo, mas também Santos no objetivo prioritário da maioria dos homens e mulheres emigrados de Portugal e chegados ao Estado. Alguns vieram diretamente para as cidades, talvez previamente informados sobre as condições de trabalho na zona rural, e outros após uma rápida passagem pela lavoura, migravam à procura de melhores perspectivas de ganho, novas oportunidades abertas pelo intenso florescimento da Capital e do porto. Procuravam possibilidades reais de arranjar emprego nas atividades fabris, no setor de serviços e também em ocupações infor-

³ A desilusão de muitos imigrantes fez com que regressassem à Europa. A reemigração e o repatriamento eram fatos corriqueiros, embora nem sempre mensuráveis, devido à falta de estatísticas completas. Além de retornarem para Portugal, também se dirigiram para outros Estados e cidades. Outro aspecto que também contribuiu para as desilusões dos lusos encaminhando-os para as cidades foi às dificuldades de acesso a terra, frustrando o projeto daqueles que desejavam tornar-se proprietários rurais. Todavia, alguns conseguiam, segundo dados computados no material da Secretaria de Agricultura de São Paulo, Estatísticas Agrícolas e Zootécnicas 1904-5, 15,7% das propriedades pertenciam a estrangeiros, dos quais 20% pertenciam a portugueses, eram em geral pequenas propriedades e de baixo valor. Em 1920, 27,3% das propriedades arroladas no Estado de São Paulo pertenciam a estrangeiros, 11,8% a portugueses, segundo o *Recenseamento do Brasil* 3,2: XXXV, Directoria Geral de Estatística.

mais, ou ainda associar-se a conterrâneos em pequenos negócios, contando com os laços de solidariedade para reagir às condições adversas.

Enquanto uns dirigiam-se para o comércio, outros ficavam nas atividades por conta própria, que exigiam pequenos capitais e qualificação profissional. Os demais foram impelidos para o trabalho assalariado em vários ramos, desde a indústria até as obras públicas.

O intenso processo de urbanização era marcado pelas constantes demolições e construções, erigindo obras que definiam novos espaços. Os portugueses ajudaram intensamente a construir a cidade trabalhando como pedreiros, pintores, carpinteiros, serralheiros, marceneiros e marmoristas.

Os serviços públicos também demandavam muita mão-de-obra: dentre os trabalhadores braçais desse setor em 1912, na Capital, havia 871 nacionais e 1.408 estrangeiros, dos quais 865 eram portugueses⁴. Muitos lusitanos se engajaram no setor de transportes, principalmente na Companhia Light & Power, empresa encarregada do fornecimento de energia elétrica para a cidade de São Paulo e que também monopolizava o serviço de bondes, no qual os portugueses eram a maioria dos motorneiros, cobradores e condutores (Andrews, 1985). Nas ferrovias e obras do porto de Santos, apareciam como preferenciais nos contratos desde 1892. Também se ocuparam no setor de serviços como vigilantes, guardas, coletores, varredores, acendedores de lampião e bombeiros.

Os trabalhadores de origem estrangeira caracterizaram expressivamente a composição étnica da mão-de-obra da indústria têxtil 80,4%, entre os quais os portugueses representavam 12,5%, sendo prioritariamente do sexo feminino, segundo o levantamento feito pelo Departamento Estadual do Trabalho. Essa participação aumenta se a análise for desagregada por setores: nas fiações e tecelagens de juta, eram cerca de 22% do total de empregados. Em algumas fábricas, os portugueses foram mão-de-obra preferencial, caso da Santa Chantal, onde, em 1912, representavam 38% do operariado.⁵

Na fiação e tecelagem, na industrialização de cigarros, charutos e fumos, na de camisas e roupas brancas, na malharia, na produção fabril de redes, fósforos, chapéus, tamancos, chocolate, a presença portuguesa, em particular feminina, foi detectada; sendo a participação mais baixa na meta-

⁴ Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo. *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, ano I, nº 1 e 2, SP, 1912.

⁵ *Boletim do Departamento Estadual do Trabalho*, (1-2), 4º trimestre e 1º trimestre 1911-1912.

lurgia, na cerâmica e no setor de vidro.

Mesmo nos períodos de plena expansão industrial, a intensificação dos fluxos migratórios manteve os níveis salariais baixos, o operariado tinha pouca segurança de manter o emprego, os modernos equipamentos e as novas levas de recém-chegados à cidade constantemente ameaçavam os empregados de demissão, o caráter sazonal da maior parte das indústrias e a crises que atingiam o setor geravam expansão do desemprego e pauperismo, acirrando tensões e enfrentamentos.

A análise das solicitações de assistência jurídico-econômica e reclamações consulares de lusos pode dar uma idéia das dificuldades enfrentadas por esses imigrantes: os atrasos de pagamento, retenção pessoal, erros de contas, multas, exigências de contrato coercitivas, moléstias e acidentes de trabalho, rescisões de contratos. Apesar de encontrarem certos obstáculos, os operários e operárias portuguesas demonstraram força de resistência coletiva, reagindo contra as arbitrariedades.

Os confrontos étnicos foram considerados uma das principais limitações do movimento operário em São Paulo. Cita-se a ocorrência de tensões entre grupos estrangeiros, particularmente entre italianos e portugueses (Fausto, 1983).

Os lusos eram considerados furadores de greve e desprovidos de consciência social, generalizações que necessitam ser ponderadas. A suposta menor propensão dos portugueses à organização poderia estar relacionada à falta de experiência prévia, ao fato de que constituíam um grupo de baixa qualificação e tardiamente chegado a São Paulo, tendo de lutar em condições desiguais pelos limitados empregos como uma questão de sobrevivência.

A idéia de que homens e mulheres portuguesas eram avessos à participação nos movimentos operários pode ser contestada percorrendo-se processos de expulsão, notícias nos jornais diários e operários e nas listas negras elaboradas pelo patronato, onde se divulgavam os nomes dos trabalhadores "indesejáveis". Nesse caso as demissões ocorriam geralmente em função de sabotagens, boicotes, roubos, mas principalmente devido à ação no movimento operário.

As participações lusas nas greves ocorreram por reivindicações várias, desde a redução da jornada de trabalho para oito horas sem o rebaixamento do nível salarial e a abolição das multas que por vezes reduziam muito o ganho dos trabalhadores, até a melhoria dos salários. Outro fator comum nos conflitos de trabalho era as normas de tratamento aos operários e particularmente às operárias adotadas pelos mestres e contramestres.

As generalizações sobre a passividade desses trabalhadores também devem ser atenuadas pelos determinantes geográficos e ocupacionais; afinal, o português das docas e da construção civil fez de Santos um centro de agitação e organização operária, proporcionando à cidade a alcunha de "Barcelona do Brasil", onde, além das agitações, lideraram a organização de agremiações e sindicatos.

A identidade étnica influenciou tanto para isolar como aglutinar; ora dificultou a coesão, ora foi motor de solidariedade de classe, como no caso santista onde fortaleceu e aproximou várias categorias (Simão, 1981).

Um porto para além do mar

A inauguração da ferrovia Santos-Jundiaí (1867) possibilitou um transporte mais regular, com menos riscos e maior grau de eficiência, permitindo a expansão da cafeicultura e viabilizando o escoamento da produção. O comércio e a exportação do café passaram a ser centralizados em Santos, em detrimento de outros portos, desencadeando um intenso processo de urbanização e a expansão acelerada e contínua da cidade.

O porto precisava ser modernizado e ampliado, as construções também se expandem no espaço urbano, tornando a área pólo de atração para os imigrantes recém-chegados, em particular os portugueses⁶. Em Santos o contingente lusitano iria superar de longe o de qualquer outra nacionalidade. Trabalhavam na construção civil, nas obras do porto e da cidade e em serviços estratégicos ao funcionamento básico da economia agroexportadora nos armazéns de café e docas, onde exerceram atividades de doqueiros, estivadores, ensacadores e carroceiros.

As sacas de café, ao chegarem em Santos eram descarregadas dos vagões dos trens e colocadas nos depósitos alinhados ao longo da via férrea; carroças e carretões estacionavam junto às portas numeradas desses depósitos e retiravam a mercadoria. Iniciava-se então o transporte pelas ruas estreitas da cidade até os armazéns particulares e o porto. Havia firmas organizadas, mas geralmente os carroceiros, quase todos portugueses, dividiam entre si o transporte de café pela cidade.

O trabalho girava em torno da safra, quando o ritmo da atividade era intensificado. Pelas ruas estreitas os portugueses corriam ao lado das carroças puxadas a burro, sob um calor sufocante, fazendo às pressas a viragem, as misturas e o reensaque do

⁶ Em 1914 a população santista era de 88.697 habitantes; desses, 23.000 eram portugueses, que mantinham o primeiro lugar entre os imigrantes. Já em 1920 58% dos imigrantes de Santos eram portugueses, correspondendo a 12% da população total da cidade. Santos, 1937, p.322; e Muller, 1965, p.172.

café. No porto o embarque era feito carregando-se os sacos de café nas costas, e como num formigueiro humano os trabalhadores subiam e desciam com sacos nos ombros as pranchas do cais para o convés dos navios, ou de um navio para outro.

Carroceiros e carreteiros portugueses realizavam também inúmeras outras incumbências, ligadas à circulação de alimentos, de mercadorias em geral, suporte na construção civil; faziam mudanças, transportavam pessoas, assegurando o funcionamento de serviços essenciais à rotina urbana (lenha para as cozinhas, carregamento de lixo, água, forragens para os animais das cocheiras). Todavia os ganhos eram incertos, em alguns dias arranjavam vários fregueses, em outros ficavam parados. Durante a safra o trabalho era intenso, mas em outros momentos do ano os ganhos eram eventuais.

O número de carroças transitando cresceu em proporção direta ao aumento da quantidade de café exportado. Todavia o estado sanitário da cidade era dos piores, havia a necessidade de sanear o espaço urbano, reformar e ampliar o porto, demandando mais braços. Assim, através de cartas de chamadas ou de "ouvir dizer" um maior número de lusitanos chegavam ao porto santista.

No geral, os homens chegavam primeiro, vinham na procura de tentar resolver problemas que deixavam em Portugal, dívidas, por exemplo, criando condições posteriores para chamar os familiares. Tratava-se, também de uma prática preventiva, para a hipótese de fracasso.

Muitos eram provenientes da Ilha da Madeira, estando habituados, por tradição a residir em morros, passaram a ocupar terrenos de encostas, concentrando-se nos morros de São Bento e do Pacheco, onde fizeram trabalhos de terraceamento e de escoamento de águas. Na Madeira eram agricultores, habituados a plantar nas encostas, reproduziram essa tradição em Santos, construíram escadas de pedra, muros de arrimo e formaram pequenos sítios e chácaras, cujos cuidados eram entregues quase que exclusivamente as mulheres, que plantavam verduras, hortaliças e legumes, criavam suínos, galinhas e gado leiteiro. Essa produção era toda comercializada na cidade pelas ilhoas, que ainda plantavam cana, fabricavam pinga, do fruto da bananeira faziam doces e secavam-nas para revender.

Inúmeras mulheres portuguesas também foram encontradas trabalhando como catadoras de café nos armazéns do porto, das companhias ferroviárias e casas comissárias, não ganhavam nada por isso ficando com parte do café que vendiam a retalho. Em outros momentos, um grande número de mulheres portuguesas se ocupava na costura de carregação, em particular com a sacaria para o

café; particularmente, as que vinham da Ilha da Madeira, eram consideradas hábeis costureiras e traziam o bordado como atividade tradicional.

As ruas estreitas, o porto desarranjado, o trânsito de centenas de carroças e as epidemias marcavam o espaço urbano santista. Apontava-se como um dos principais fatores das epidemias o grande número de cortiços localizados nas áreas mais centrais da cidade, erguidos nos pátios e nos quintais de qualquer jeito e tamanho, quase todos em deplorável estado; esses "cubículos" eram baixos, feitos de tábuas, cobertos com zinco, compostos de um só cômodo. Eram construídos às pressas "para albergar a numerosa imigração portuguesa chegada em busca de trabalho remunerador e certo" (Álvaro, 1919).

O grande número de cocheiras facilitava a difusão de ratos e pulgas, transmissores da peste bubônica. Havia também o problema das cocheiras-cortiços, onde viviam cocheiros e suas famílias em palanques construídos sobre as baías. Como os outros cortiços, não tinham água nem esgoto, eram abafadas, insalubres, acumulavam também ratos e pulgas, as águas paradas nos seus pátios difundiam o mosquito difusor da febre amarela.

Velhos problemas de infra-estrutura viam-se agravados com o crescimento desordenado e o movimento agitado do porto, constantemente atingido por violentos surtos de epidemias como a cólera, febre amarela, varíola, impaludismo e peste bubônica. Eram os portugueses, particularmente estivadores e carroceiros, os principais atingidos, por serem estrangeiros e pobres.⁷

Cotidiano e sobrevivência

A atração exercida pela cidade, em particular São Paulo e Santos, prosseguia, concentrando uma significativa quantidade de trabalhadores homens e mulheres pobres, imigrantes e nacionais, que excedia largamente as necessidades do mercado, aviltando os salários, criando formas múltiplas de atividades temporárias e domiciliares, subemprego e emprego flutuante e ampliando uma população que garantia a sua sobrevivência na base das ocupações casuais, às custas de improvisação de expedientes variados, eventuais e incertos.

⁷ O levantamento feito nos obituários de Santos entre 1876-97, indica que dos mortos de febre amarela 78,7% eram estrangeiros, dos quais 83,5% eram portugueses (carroceiros, ensacadores, carregadores, estivadores). Procurando amenizar esta situação, em 1859 criou-se a Sociedade Beneficência Portuguesa de Santos, que com o tempo concentrou suas atividades no atendimento hospitalar, construindo um dos melhores hospitais do período.

Nas cidades, opção preferencial dos portugueses, abriam-se possibilidades de arranjar emprego, mas também de associar-se a antigos companheiros em pequenos negócios. No cotidiano da sobrevivência, ganhavam sua subsistência recorrendo a pequenos expedientes, desenvolvendo uma experiência cumulativa de improvisação.

A crescente urbanização de São Paulo e o aumento considerável de sua população geraram novas oportunidades para as atividades comerciais. No setor de gêneros alimentícios também os portugueses se destacaram, em estabelecimentos de pequeno e médio porte.

Esses estabelecimentos eram na grande maioria unidades familiares, onde os poucos auxiliares eram também portugueses, em geral recém-chegados que se colocavam sob a tutela de conterrâneos. Parcamente remunerados se submetiam aos pagamentos incertos, muitas vezes recebendo somente roupa, alimentação e morando debaixo do mesmo teto do patrão.⁸

Procurando trabalhar com um custo operacional mínimo famílias lusitanas aproveitavam o quarto da frente de suas próprias casas para estabelecer pequenos armazéns de secos e molhados, açougues, adegas, quitanda de frutas e legumes, vendas, botequins. A participação de mulheres nesses negócios era determinante, e vários estabelecimentos eram conhecidos pelos nomes de suas proprietárias (Alcântara Machado, 1983). Entrecruzando o público e o privado, a mulher administrava o lar e o negócio, trabalhando duramente no balcão de madrugada a madrugada.

Entre as diferentes categorias de vendedores ambulantes, que retiravam sua sobrevivência do comércio das ruas, os portugueses se encaixaram entre aqueles que ofereciam gêneros de abastecimento fundamentais à rotina doméstica, comercializados em pequenas quantidades que eram renovadas dia a dia. Utilizando-se de carrocinhas de madeiras comercializavam verduras, frutas, flores, ovos, aves, pão e também lenha. Memorialistas citam verdureiros e verdureiras portuguesas oferecendo alface, couve, salsa e principalmente cebolas e batatas,

⁸ Os imigrantes ao chegar contavam com o apoio dos parentes já radicados, mas é preciso lembrar que em alguns casos a ajuda se transforma em exploração do trabalho dos conterrâneos mais jovens ou mais pobres, desprotegidos em ambiente desconhecido, assim, exploração e paternalismo coexistiam dentro do mundo do trabalho e nas casas comerciais. Nos processos crimes e nos jornais liam-se notícias como a do menor Alfredo Júlio Machado, português de 11 anos de idade que foi se queixar ao delegado de polícia por ter sido espancado pelo seu "amo" José Rodrigues Tavares, também português. (*Diário de Santos*, 6/12/1886). Contudo, cabe lembrar que solidariedade e paternalismo não eram apenas formas de exploração, podiam ser também estratégias de sobrevivência e de lidar com os recursos possíveis em certas ocasiões. (Thompson, 1984)

mas também pão, leite, carnes e peixes. Os fruteiros abasteciam preferencialmente com frutas baratas, como laranja e banana.

De modo geral, este pequeno comércio ambulante de gêneros de abastecimento perecíveis demandava pouco capital inicial, para comprar a reduzida mercadoria, quando ela não era produzida pelos próprios imigrantes. Mas exigia habilidades como cativar a clientela, ser simpático e gentil com as famílias e com as domésticas, ceder nos preços, ouvir paciente reclamações contra a carestia e a qualidade dos produtos, além de aceitar gracejos.

Nas chácaras nos arredores da cidade, homens e, principalmente, mulheres produziam frutas, legumes, verduras, frangos e ovos. A região da Vila Mariana "era toda de chácaras de portugueses plantando suas hortaliças" . O trabalho de verdureira é um caso típico de complementação da renda familiar, ônus de mulher, além dos encargos domésticos, muitas vezes apareciam como ambulantes eventuais dependiam e estavam presas às flutuações do excedente disponível, das sobras da produção para consumo próprio.

Na possibilidade de concentrar a produção e a comercialização, os lusos também dominavam o comércio nos mercados francos ou feiras livres, o que permitia obter melhores preços para suas mercadorias. Contudo, os rendimentos dessas atividades eram incertos, geralmente seus produtos estavam sujeitos a sazonalidade e aos efeitos das intempéries naturais como geadas, chuvas e granizos e secas.

Existiam ainda portugueses que se especializavam no fornecimento exclusivo de batatas ou cebolas, devido à existência de um grande consumo desses alimentos. Alguns, graças a seus tinos comerciais, ascenderam à posição de atacadistas, partindo daí para a diversificação de seus negócios, concentrados principalmente na zona da rua Florêncio de Abreu, próxima ao mercado central.

Em Santos, a presença de portugueses no comércio se fez sentir desde as atividades vinculadas ao café, importação e exportação de gêneros alimentícios, em especial vinhos, azeites e conservas, mas principalmente no pequeno comércio a retalho. Nesse setor trabalhavam com um pouco de tudo: trigo, arroz, milho, aveia e também alfafa, devido ao grande número de muares empregados no transporte e serviço portuário.

Os empregados no comércio santista também eram majoritariamente lusitanos; os serviços comerciais funcionavam das 7 da manhã até altas horas da noite, os caixeiros, marçanos e guarda-livros trabalhavam mais de 12 horas por dia, não havendo tempo para as refeições, revezando-se às pressas. Eram verda-

deiros criados para todos os serviços: limpeza, arrumação, cargas, entregas, entre outros, alguns recebiam casa e comida. Nos domingos e feriados, os empregados do comércio trabalhavam até o meio da tarde, tendo freqüentado pela manhã, como obrigação, a missa em companhia dos patrões.

Entre as pequenas profissões que predominavam no cenário urbano de São Paulo destacava-se o artesanato autônomo, em pequenas oficinas caseiras, localizadas em algum cômodo ou fundo de quintal, onde muitos portugueses trabalhavam como carpinteiros, ferreiros, ourives, sapateiros, calígrafos, alfaiates, seleiros, gravateiros. Dependendo do vulto do negócio, eram auxiliados pelo grupo familiar: mulher, filhos, algum conterrâneo ou agregado. O fato de crianças serem desde pequenas introduzidas no aprendizado e utilizadas como ajudantes de seus pais fez com que muitas destas profissões adquirissem tradição hereditária, passando de geração a geração, era o caso dos habilidosos e tradicionais marceneiros, serralheiros, alfaiates, costureiras e bordadeiras de origem lusitana.

Artífices portugueses se destacavam também na construção civil, fabricando artefatos de cimento e gesso, tacos de madeira para pisos, serralheiros executavam trabalhos em ferro para portões, janelas, grades e gradis. Conquistando a clientela abastada, muitos montavam negócios por conta própria e conseguiram expandir-se economicamente, chegando à posição de pequenos empreendedores.

No cotidiano da cidade chamavam a atenção, transportando grandes volumes difíceis de equilibrar, os ilhéus que comercializavam palha e vime, utensílios largamente empregados pelas donas de casa como guarda-volumes, entrando na organização dos objetos domésticos.

Frente à dificuldade de arcar com os custos de montar uma oficina própria, ilhéus ofereciam seus serviços como empalhadores de móveis, assim como outros portugueses, nas improvisações do cotidiano, valiam-se de suas habilidades, dedicando-se a ofícios itinerantes, ligados à prestação de pequenos serviços domésticos de manutenção e conserto, como jardineiros, capinadores de quintal, lavadores de casa, pedreiros, pintores e carpinteiros (Americano, 1957).

Por mãos femininas

Inicialmente, o fluxo emigratório português para o Brasil, foi predominantemente masculino e significativamente constituído por menores de idade, sendo o contingente feminino reduzido. Todavia gradativamente a presença feminina cresce, algumas mulheres vêm se juntar aos maridos que as antecede-

deram na aventura americana, assim o reagrupamento familiar era um sonho acalentado para as que ficavam lá sós. Outras poucas vinham sós e a elas foram feitas alusões vinculando-as à prostituição (Ortigão, 1872).

Poucas informações nos restam sobre a profissão e/ou atividade da emigrante, em geral eram identificadas como "dona de casa", mas ao chegarem ao Brasil, a imigrante portuguesa esteve muito presente no universo do trabalho, nas fábricas, nos estabelecimentos comerciais familiares ou em atividades informais. Os baixos ganhos e a necessidade de procurar uma renda complementar levavam essas mulheres a realizar atividades muitas vezes ocasionais, importantes alternativas por permitirem a combinação das atividades domésticas com o trabalho remunerado. Ocuparam setores reconhecidamente femininos: cozinheiras, passadeiras, lavadeiras, arrumadeiras, copeiras, pajens. Prioritariamente estavam em funções que lhes permitissem concatenar as atividades de mãe e esposa, preferindo serviços que pudessem realizar no próprio domicílio: doceiras, bordadeiras, floristas, costureiras, tricoteiras, engomadeiras e consertos em geral.

As improvisações cotidianas femininas não foram esquecidas pelos memorialistas e cronistas, que retratam portuguesas donas de pensões e fornecedoras de refeições. Nos domicílios, essas mulheres, exímias na cozinha, produziam guloseimas, segundo receitas portuguesas, que independente das proibições, eram comercializadas em bandejas e cestas - balas e pastéis de Santa Clara e de Belém, biscoitos, tortas, petiscos - particularmente nos Jardins da Luz, da Aclimação e nas saídas das igrejas, nos domingos e feriados, nos dias santos e de procissão.

A imigrante lusa assumiu, em alguns casos, uma vanguarda da defesa dos interesses econômicos da família, como vimos, destacaram-se no intenso comércio de alimentos: galinhas, ovos, verduras, legumes, frutas, leite e lutaram para manter essas atividades, como no movimento das proprietárias de vacas leiteiras (na maioria portuguesas e italianas) que reagiu violentamente à obrigatoriedade do registro das vacas nas campanhas de normatização do leite higiênico.

O trabalho como empregada doméstica era uma opção tal como indica a grande quantidade de anúncios nos jornais da época, procurando por empregadas, cozinheiras, lavadeiras, passadeiras, arrumadeiras, governantes, roupeiras, copeiras, pajens e babás de origem portuguesa. A preferência por domésticas dessa nacionalidade se devia por ser consideradas dedicadas, honestas e com tenaz capacidade de trabalho. Algumas famílias portuguesas se empregavam unidas, a mulher nos serviços domésticos, enquanto os homens em geral se destinavam aos serviços de

jardinagem, faxina, terreiro, cuidando das hortaliças, frutas e animais domésticos ou como cocheiros. Na maioria dos casos, moravam na casa do patrão, livrando-se assim dos onerosos gastos com comida e aluguel, mas a rotina do trabalho diário era bastante dura e cansativa e os ganhos minguados (Americano, 1957)

A presença dos rios entrecortando toda a zona urbana da capital paulista facilitava o trabalho das lavadeiras, uma das ocupações autônomas mais procuradas pelas portuguesas, prioritariamente casadas, hábeis no lavar, alvejar, secar, passar e engomar. No período de seca, as lavadeiras, de tamancos, trazendo trouxas e tábuas de bater roupa, desciam da rua Glicério e de toda a encosta da colina central da cidade para lavar suas encomendas às margens do Tamanduateí. Quando chegavam à beira d'água, "juntavam a parte trazeira à dianteira da saia, por um nó no apanhado da saia, sungavam-na pela parte superior, amarravam-na à cintura com barbante, de modo a encontrá-la até os joelhos. Feito isso deixavam os tamancos e entravam n'água debruçando-se sobre o rio" (Americano, 1957).

Era costume difundido o gosto das portuguesas pelo canto, enquanto trabalhavam. O canto ritmava o movimento laborioso das mãos, ao passo que o trabalho em grupo possibilitava às mulheres trocar experiências do dia-a-dia, informar-se sobre os problemas da vizinhança e transmitir as tradições da terra natal, como receitas e histórias; o trabalho coletivo revigorava vínculos de vizinhança que significavam lazer, solidariedade material e afetiva, mas também elemento de controle e regulação das condutas e procedimentos.

O trabalho domiciliar feminino foi intensamente utilizado nesse período, sendo as mulheres portuguesas consideradas muito hábeis para costura, bordados e manufatura de flores e chapéus, em particular as que vinham da Ilha da Madeira, em função de suas aptidões para a elaboração de enxovais de cama e mesa, bordados para noivas e batizados.

Mesmo em fase de avanço industrial, algumas fábricas ainda mantinham um caráter sazonal e se utilizavam constantemente de trabalhadores externos nos momentos de pico das atividades. Foi intensamente utilizada a costura domiciliar, para confecção de roupas, mercadorias de carregação e costura da sacaria para o café. O baixo custo deste trabalho, as especificidades da mão-de-obra utilizada, a dispersão das costureiras como fator de controle, a disponibilidade de trabalhadores que se sujeitassem a essa atividade eram fatores para a persistência dessa ocupação.

Realizado sob condições pouco propícias, o trabalho a domicílio se caracterizava como uma atividade temporária, com o seu ritmo intensificado em certos

momentos. Sem horário fixo, o trabalho poderia estender-se muito além do número de horas comum à ocupação fabril. A remuneração era baixa e por peça, sofrendo um achatamento nos momentos de queda no preço e/ou de aumento da oferta de mão-de-obra.

O local para a realização era a própria residência das trabalhadoras: cortiços, cubículos estreitos, aglomerados com péssima situação sanitária, pólos de propagação da tuberculose, e com má iluminação que causava males irremediáveis à visão.

Mas mesmo frente a essas condições floristas, chapeleiras, costureiras, bordadeiras, abraçavam essas atividades que se apresentavam como opção para as mulheres lusitanas, num certo período de sua trajetória de vida, possibilitando conciliar o ritmo, o espaço e o tempo do trabalho doméstico com uma ocupação remunerada e sem horário fixo.

Além do que, essas atividades, em contraposição à fábrica, permitiam uma certa flexibilidade de horário, liberdade de ir e vir. Criava também o prazer do convívio em grupo, pois freqüentemente, nos pátios dos cortiços, as portuguesas costuravam, bordavam e conversavam nas chamadas "trempas". Eram momentos de encontro, de troca de informações, de receitas e remédios. Longe do apito da fábrica, a idéia de autonomia, a fuga as estruturas hierárquicas, aos condicionamentos de tempo e ao ritmo de trabalho concorriam para aumentar a disponibilidade e oferta dessa mão-de-obra. Isso não significa, no entanto, que inexistissem formas de controle, já que um certo número de peças deveria ser entregue num prazo determinado e mantendo um tal perfil de qualidade.

Na trama do cotidiano

A imagem da portuguesa transmitida pelas memórias foi a de mulheres incansáveis, fortes, trabalhadoras e corajosas. Eram consideradas boas donas de casa, trabalhadeiras e econômicas, com intensa disposição estavam sempre realizando tarefas, cozinhando, limpando, bordando, vendendo e cuidando dos filhos. Como esposas desempenharam na família um papel ativo, contribuindo para renda, participando das decisões familiares e formando outras mulheres. Nesse sentido tiveram um desempenho de destaque como trabalhadoras, mantenedoras das tradições e conhecimentos de transmissão oral.

Sua relação com os homens era de companheirismo e solidariedade na luta cotidiana, mas não só, a experiência da imigração e da nova vida gerou uma reavaliação de valores e tradições, um deslocamento da subordinação existente em Portugal para

uma certa emancipação, principalmente para as que vieram depois dos maridos; na medida em que com a saída dos homens elas ocupam seus lugares, suas funções e atividades. Aqui procuram reconstituir os laços familiares, afirmando-se pela experiência de ter estado lá sós, enfrentaram e reagiram as tentativas de subordinação.

O trabalho perpassava a vida de homens e mulheres de origem portuguesa; junto com a família e a religião, criava a identidade étnica e se tornava fator de sociabilização e solidariedade dentro do grupo. Através do trabalho e de suas relações se manifestava claramente amizade e apoio, lealdade e afabilidade entre os recém-chegados, mas também exploração e abusos.

Numa experiência histórica em que o trabalho foi elemento estratégico de construção da identidade étnica, os portugueses dotaram de um novo sentido o ato de trabalhar - sob uma certa perspectiva, o trabalho ajudava a superar o medo do novo e a insegurança do desconhecido. No intuito de fazer fortuna, investindo economias e adiando os prazeres imediatos como meio de melhorar sua situação e/ou retornar à terra natal, os portugueses eram vistos como capazes de suportar as dificuldades, e com extremo despojamento, entregar-se ao trabalho de corpo e alma.

Vivenciando a dura realidade envolta na integração e conflito, mesmo frente à idéia corrente de que o português se desnacionalizava na segunda geração, relacionavam-se de forma ambígua com os nacionais: paralelamente aos argumentos de pacífica e cordial relação, sob a alegação de passado histórico, cultura e língua em comum, procuravam apagar o estatuto de estrangeiros, enfrentavam os ataques, carregavam o ônus de ex-colonizadores, num contexto de desapontamento, desapeço, hostilidade.

A trajetória histórica desses homens e mulheres portugueses simultaneamente englobou participação-exclusão, numa heterogeneidade de atividades, algumas que propiciavam rendas relativas, outras miseráveis; certos setores possibilitavam ascensão social, e outros constituíam simples estratégia de sobrevivência e improvisação cotidiana num processo de tensões e conflitos.

Dessa forma, o processo de construção de identidade se fez através da tecedura de uma trama em que estiveram presentes as relações de gênero-etnia-idade, constituindo-se um processo dinâmico em que os perfis de comportamento se fazem, desfazem e refazem por diferenciação e também por integração. E em que a experiência histórica do trabalho unifica, qualifica e surge como o elemento capaz de lhes conferir coerência e sentido, construindo laços de solidariedade e estratégias de sobrevivência.

Bibliografia e fontes

- ALCÂNTARA MACHADO, A. de. *Brás, Bexiga e Barra Funda: Notícias de São Paulo*. SP, Imprensa Oficial do Estado - Arquivo do Estado, 1983.
- ALENCASTRO, Luis Felipe de. "Proletários e escravos: Imigrantes portugueses e cativos africanos no Rio de Janeiro (1850-1872)". In: *Novos estudos Cebrap*, jul. 1988, nº 21.
- ALVARO, Guilherme. *A campanha sanitária de Santos*, SP, Casa Duprat, 1919.
- ALVES, Jorge Fernandes. *Os brasileiros. Sle*, Porto, 1994.
- AMERICANO, Jorge. *São Paulo naquele tempo (1895-1915)*. SP, Saraiva, 1957.
- ANDRADE, Mário de. *Os contos de Belazarte*. SP, Martins, 1973.
- ANDREWS, George Reid. *Boletim Histórico da Eletropaulo*, nº 2, junho de 1985, p. 13 e 14.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembrança de Velhos*. SP, T.A. Queiroz-Edusp, 1987.
- CAMPOS, Ezequiel de. *A GREI (Subsídios para a Demografia Portuguesa)*. Porto, Renascença Portuguesa. 1913.
- FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. SP, Difel, 1983, 3ª ed.
_____. *Crime e cotidiano. A criminalidade em SP (1880-1924)*. SP, Brasiliense, 1984.
- FERREIRA DE CASTRO. *Emigrantes*. Guimarães Editores, Lisboa, 1988.
- FRUTUOSO, Maria Suzel G. *A emigração portuguesa e sua influência no Brasil: o caso de Santos (1850-1950)*, mestrado, FFLCH-USP, 1989, mimeo.
- FUERTE, E.A. *Saneamento da cidade e porto de Santos*, Typ. Diário Oficial, 1895, SP, IHGSP.
- HALL, Michel M. *The origins of mass immigration in Brasil (1871-1914)*, 1969, mimeo.
- HOLLOWAY, Thomas H. *Imigrantes para o café: café e sociedade em SP, 1886-1934*, RJ: Paz e Terra, 1984.
- LIMA, Mª Helena B. *A missão herdada. Um estudo sobre a inserção de imigrante*, mestrado, UFPR, mimeo.
- LOBO, Eulália Maria L. *Imigração portuguesa no Brasil*. SP, Hucitec, 2001.
- LOPES, Betralda. *O porto de Santos e a febre amarela*, mestrado, FFLCH-USP, 1975, mimeo.
- MARAM, Sheldon Leslie. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro - 1890-1920*. RJ, Paz e Terra, 1979,
- MATOS, Mª Izilda S. de. *Trama e poder: um estudo sobre as indústrias de sacaria para o café (1888-1934)*. RJ, 7 Letras, 2002, 5.ed.
- MULLER, Nice Lecocq. "A população Regional" in *Baixada santista. Aspectos geográficos*, vol. 2, SP, Edusp, 1965, p.172.
- ORTIGÃO, Ramalho, *Farpas*, 1872.
- PENTEADO, Jacob. *Belenzinho-1910 (Retrato de uma época)*. SP, Martins.
_____. *Memórias de um postalista*, SP, Martins.
- PEREIRA, M. Halpern. *Livre câmbio e desenvolvimento econômico*, Lisboa, 1971.
_____. *A política portuguesa de emigração (1850-1930)*. Lisboa, A Regra do Jogo, 1981.

- PESCATELLO, AnnMarie. *Both ends of the journey: an historical study of migration and change in Brazil and Portugal, 1889-1914*, Doutorado, Universidade da Califórnia, LA, 1970.
- PINHEIRO, Paulo S. e HALL, Michael M. *A classe operária no Brasil - Documentos (1889-1930), vol. I- O movimento operário*. SP, Alfa-Omega, 1979.
- _____. *A classe operária no Brasil - Documentos (1889-1930), vol. II- Condições de Vida e Trabalho*. SP, Brasiliense, 1981.
- PINTO, M^a Inez M. B. *Cotidiano e sobrevivência: a vida do trabalhador pobre na cidade de SP (1890-1914)*. SP, Edusp, 1997.
- RIBEIRO, Gladys S. *Mata Galegos - Os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*, SP, Brasiliense, 1990.
- _____. *"Cabras" e "Pés de chumbo": os rolos do tempo. O antilusitanismo na cidade do Rio de Janeiro, 1889-1930*, Niterói, UFF, 1987.
- SALLES, Iraci G. *Trabalho, progresso e a sociedade civilizada*. SP, Hucitec, 1986.
- SANTOS, Francisco Martins dos. *História de Santos 1532-1936*. SP. Revista dos Tribunais, 1937, p.322.
- SILVA, M^a Beatriz Nizza da. *Documentos para a História da imigração portuguesa no Brasil (1850-1938)*. Nórdica, RJ, 1992.
- SILVA, M^a Manuela R. S. *Ambição e horror a farda ou a saga dos imigrantes portugueses no Brasil segundo a Gazeta Luzitana (1883-1889)*, doutorado, FFLCH-USP, SP, 1991, mimeo.
- SILVA SOBRINHO, Costa. *Santos noutros tempos*, SP, Instituto Histórico e Geográfico de Santos, 1953.
- SILVA, Fernando Teixeira. "Imigração portuguesa e movimento operário no Brasil", in: *Acervo - Imigração*, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, 1997, vol. 10, n.2.
- SIMÃO, Azis. *Sindicato e estado*, SP, Atica, 1981.
- SOARES, Luiz Carlos. *"Rameiras, Ilhoas, Polacas..."*. Atica, SP, 1992.
- STOLCKE, Verena. *Cafecultura - Homens, Mulheres e Capital (1850-1980)*. Brasiliense, SP, 1986.
- THOMPSON, E. P. *Tradición, revuelta y consciencia de clase; estudos sobre a crisis de la sociedad pré industrial*. Barcelona, Editorial Critica, 1979.
- VICTORINO, Carlos. *Santos reminiscências*, SP, 1904.